

Gênero em operações interagências: uma análise a partir do Curso de Coordenação e Planejamento Interagências da Escola Superior de Defesa

Nádia Xavier Moreira¹
Thiago Abreu de Figueiredo²

Resumo: Esta proposta tem como objetivo analisar a forma como a perspectiva de gênero comparece no trabalho desenvolvido no âmbito das operações interagências no campo da defesa e segurança pública. A partir do ponto de vista de entrevistas realizadas junto a quatorze interlocutores, do sexo masculino e feminino, participantes da terceira edição do Curso de Coordenação e Planejamento Interagência, realizado pela Escola Superior de Defesa, que atuaram em operações destes moldes, bem como por meio de revisão de literatura e análise documental, procuramos compreender como componentes da construção social do gênero estão enredados com práticas laborais desenvolvidas no cotidiano destes sujeitos. As quais se expressam, sobretudo, no acesso e limitações diferenciadas a determinadas funções e atividades historicamente construídas em torno do sexo, vinculadas a um dos componentes de destaque neste campo, a masculinidade. E, as associações a ela decorrentes como virilidade, força, valentia, coragem, dentre outras, o que evidencia a presença do gênero abarcando e modulando a ação dos sujeitos que operam neste campo de estudo.

Palavras-chave: Gênero. operações interagências. Defesa. Segurança Pública.

Introdução

Enquanto produzíamos este trabalho, desenrolava-se a Operação Taquari 2, sob coordenação do Ministério da Defesa brasileiro, por meio da ativação de um Comando Conjunto (Brasil, 2024b), e tendo como área de operações o Estado do Rio Grande do Sul. Até o dia 12 de maio de 2024, a operação interagências já contava com a participação de 46 órgãos e agências governamentais e não governamentais, que empregavam no terreno mais de 26 mil homens e mulheres em ações contra os efeitos das chuvas que afligiam aquele estado desde o

¹ Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Doutoranda em antropologia social (UNB), Oficial Superior da Marinha do Brasil, Professora da Escola Superior de Defesa (ESD) no Programa de Pós-graduação em Segurança, Desenvolvimento e Defesa (PPGSDD) e nos cursos de Altos Estudos em Defesa (CAED), Coordenação e Planejamento Interagência (CCOPI) e Curso de Logística Estratégica e Defesa (CLED). E-mail de contato: nadiaxm@ yahoo.com.br.

² Mestre em Ciências Navais pela Escola de Guerra Naval (EGN), oficial da reserva da Marinha do Brasil, Professor e diretor do Curso de Coordenação e Planejamento Interagência (CCOPI) da Escola Superior de Defesa (ESD). E-mail de contato: tafigueiredo@ yahoo.com.br

início do mês de maio (Brasil, 2024c). Desafortunadamente, o ocorrido em terras gaúchas tem se tornando uma regra e tudo leva crer que desastres do tipo continuarão a ocorrer, “produzindo rupturas na vida social, em áreas geográficas determinadas e com agravantes dos seus impactos em grupos sociais específicos” (Figueiredo; Moreira, 2022, p.289).

Neste sentido, a importância da temática das operações interagências vem se consolidando, como forma de prover resiliência (Lima; Figueiredo; Soares, 2022) e resposta aos problemas complexos da atualidade, os quais incluem, além dos eventos climáticos extremos, epidemias sanitárias, crises migratórias e crimes transnacionais diversos (Figueiredo; Moreira, 2022) e nos quais nenhum ente público consegue atuar isoladamente (Garcia, 2014).

Como forma de enfrentar tal problemática foi criado em 2021 o Curso de Coordenação e Planejamento Interagências (CCOPI). Realizado anualmente pela Escola Superior de Defesa (ESD) em parceria com o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (Figueiredo; Moreira; Caminha, 2023), o CCOPI visa prover a capacitação de operadores interagências para a solução de problemas complexos (Brasil, 2021b) tais como os enfrentados pela população gaúcha.

Com três edições realizadas o CCOPI capacitou mais de 100 civis e militares que trabalham ou estudam a temática das operações interagências. Deste quantitativo, uma parte diminuta é formada por mulheres que atuam neste tipo de operação. O objetivo deste trabalho é analisar a forma como a perspectiva de gênero comparece no trabalho desenvolvido no âmbito das operações interagências no campo da defesa e segurança pública. A partir do ponto de vista de entrevistas realizadas junto a quartoze interlocutores, do sexo masculino e feminino, participantes da terceira edição do CCOPI realizado pela Escola Superior de Defesa, que atuaram em operações destes moldes, bem como por meio de revisão de literatura e análise documental, procuramos compreender como componentes da construção social do gênero estão enredados com práticas laborais desenvolvidas no cotidiano destes sujeitos.

Procedimentos éticos e metodológicos

Quanto aos sujeitos da investigação, foram incluídas profissionais participantes do curso de ambos os性os que atuaram em, pelo menos, uma operação interagências. Tais interlocutoras convidadas a participar do estudo foram informadas sobre o seu caráter

voluntário. Repassamos ainda previamente à realização das entrevistas um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), a fim de que cada participante pudesse lê-lo e dirimir suas dúvidas no tocante a questões relacionadas à pesquisa. Como instrumento de coleta de dados utilizamos a revisão de literatura, a análise documental e a entrevista semiestruturada com roteiro orientador, no qual foi inserida a pergunta se os participantes tiveram algum problema no exercício do seu trabalho advindo do seu sexo. Todas as entrevistas foram realizadas ao longo do período do curso na ESD. Ao todo foram entrevistadas 15 pessoas, das quais 7 do sexo feminino e 8 do masculino. Todavia, uma das mulheres entrevistadas, ao término do curso, retirou sua participação, portanto foram consideradas para análise 14 entrevistas. O tratamento dos dados referentes às entrevistas com as sujeitas do estudo se deu por meio da proposta de interpretação de dados de pesquisa qualitativa denominada de Método de Interpretação de Sentidos (GOMES, 2011)³.

As operações interagências no Brasil: contextualizando o debate

A realização de operações interagências no Brasil antecedem a consolidação do termo na esfera das políticas públicas nacionais, ainda que, não seja possível precisar um marco temporal que indique a rotineira utilização (Figueiredo; Moreira; Caminha, 2023). Por outro lado, pode-se determinar o momento em que a palavra agência surge com o sentido de um órgão governamental dotado de competências e funções. Tal marco ocorreu em 1998 (Raza, 2012), no escopo da lei 9.649 que dispôs sobre a organização da Presidência da República e dos ministérios, e que trata da criação das agências reguladoras. Já a derivação interagências surgiu, segundo Araujo Neto, Barp e Cardoso (2017) no meio militar, com a publicação dos manuais⁴, a partir de 2012, editados pelas Forças Armadas brasileiras sobre as operações interagências, seguindo, segundo Figueiredo e Moreira (2022), uma tendência presente em seus congêneres estadunidenses, editados a partir dos anos 1990⁵.

³ A proposta do Método de Interpretação de Sentidos é fruto do diálogo entre a experiência de pesquisa acumulada ao longo de mais de dez anos pelo grupo de pesquisadores do Centro Latino-Americano de Estudos da Violência e Saúde (CLAVES) da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP) da Fundação Oswaldo Cruz (FOCRUZ).

⁴MD33-M12: Operações Interagências (2012); e EB20-MC-10.201: Operações em Ambiente Interagências (2013).

⁵Manuais estadunidense sobre a temática interagências publicados a partir da década de 1990: Joint Publication 3-08. Interagency Coordination during Joint Operations (1996), depois renomeado como Interagency,

Entendemos que a própria demanda pela realização de um curso como o CCOPI encontra-se vinculada a um processo que vislumbra como aspecto essencial a preparação de pessoal para execução de operações desta natureza, já que “a temática interagências talvez nunca tenha antes possuído tamanha relevância quanto agora, em face da emergência dos problemas complexos, a serem enfrentados no alvorecer da terceira década do século XXI” (Figueiredo e Moreira, 2022, p.281).

É importante destacar que as operações interagências vêm sendo realizadas no Brasil muito antes de sua afirmação como instrumento do Estado para resposta às demandas contemporaneidade, a exemplo dos grandes eventos esportivos⁶ no país (2007-2016), os quais demonstraram categoricamente importância deste tipo de operação (Vasconcelos, 2018).

A participação feminina no Curso de Coordenação e Planejamento Interagências

O CCOPI concebido pela Escola Superior de Defesa (ESD) surgiu a partir de uma demanda do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República para habilitar os operadores interagências, cujas agências faziam parte do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras⁷ (BRASIL, 2021b). Com três edições concluídas desde 2021, o curso capacitou 111 militares e civis “para comporem equipes de planejamento interagências nos níveis operacional e tático, por meio de aulas expositivas, trabalhos de grupo e simulações” (Brasil, 2021b, p.5). Nessas edições a presença feminina é diminuta conforme mostra a tabela abaixo⁸:

Tabela 1: Formandos do CCOPI

Ano	Quantidade de Formados	Quantidade de Homens	Quantidade de Mulheres	% de Homens	% de Mulheres
2021	28	24	4	85,7	14,3

Intergovernmental Organization, and Nongovernmental Organization Coordination during Joint Operations (2006); e Joint Publication 3-33. Joint Forces Capabilities (1999).

⁶Segundo Meurer e Lins (2016) são considerados como grandes eventos esportivos os Jogos Pan-Americanos de 2007; a Copa das Confederações de 2013; a Copa do Mundo de Futebol de 2014; e os Jogos Olímpicos de 2016.

⁷O Programa de Proteção Integrada de Fronteiras foi instituído pelo Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016 (BRASIL, 2016).

⁸ Dados extraídos de Brasil, 2021a; Brasil, 2022; e Brasil, 2023.

2022	39	35	4	89,7	10,3
2023	44	32	12	72,7	27,3

Fonte: elaborado pelas autoras

A turma de 2024 do CCOPI, ainda em andamento no momento da produção deste trabalho, apresenta números similares em relação à participação feminina. Em um total de 53 alunos matriculados, apenas 7 são do sexo feminino (Brasil, 2024a), representando 13,2% do total. Outro dado estatístico relevante é a indicação das representantes mulheres por instituição. Nas três edições do curso, apenas o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) tem indicado constantemente mulheres para o CCOPI. Normalmente, a participação feminina é esporádica e pontual, conforme discriminado na tabela abaixo.

Tabela 2: Indicação de Mulheres por ano

Órgão	Quantidade de mulheres indicadas ao CCOPI	Ano
Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	5	2021, 2022 e 2023
Receita Federal do Brasil (RFB)	2	2021 e 2023
Escola Superior de Defesa (ESD)	2	2023
Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN)	2	2023
Agência Brasileira de Inteligência (ABIN)	1	2021
Agência Nacional de Aviação (ANAC)	1	2022
Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF)	1	2023

Gabinete de Segurança Institucional (GSI)	1	2022
Ministério da Defesa (MD)	1	2023
Polícia Federal (PF)	1	2023
Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASA)	1	2021
Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro	1	2023
Universidade Federal Fluminense (UFF)	1	2023

Percepções sobre a perspectiva de gênero no trabalho interagências a partir do olhar das participantes do CCOPI 2023

Foi perguntado para os integrantes da terceira edição do CCOPI que participaram do estudo se identificaram algum problema na sua atuação profissional em operações interagências, advindo do seu sexo. Interessante notar que todas as mulheres, ainda que algumas relatassem não terem enfrentado problemas diretamente, apontaram que já passaram por situações no desempenho do seu trabalho, não somente em operações interagências, por conta do fato de serem mulheres. Tal questão não ocorreu nas respostas dos homens entrevistados. Todos negaram problemas no exercício do seu trabalho nesse tipo de operação ou em qualquer outro aspecto laboral por conta do sexo. A maioria quando questionado ficava confuso com a pergunta e pedia para repetir e esclarecer melhor. Somente um dos participantes respondeu diretamente à questão a partir da sua experiência. Os demais responderam relatando da sua percepção acerca da participação das mulheres na sua instituição, em atividades operativas ou de chefia, fugindo a pergunta. Dessa forma, após a análise das entrevistas, foi possível a identificação de núcleos de sentidos aproximados entre mulheres e homens, ainda que sob perspectivas diferenciada dado o comparecimento da perspectiva de gênero modulando a posição, a atuação e, consequentemente, percepção desses sujeitos.

Percepções femininas

Do ponto de vista das mulheres, foram identificados os seguintes núcleos: (1) **Mulheres como enfeite**; (2) **sexismo em atividades profissionais**; (3) **julgamento**; (4) **Desrespeito**.

O núcleo de sentido **Mulheres como enfeite** esteve presente na fala de três mulheres de instituições distintas que atuaram em mais de uma operação interagências. A esse núcleo foi associada as ideias de *necessidade de se impor; necessidade de provar competência; envolvimento com o chefe*:

Eu sei que eu sou uma mulher bonita, [...]. E um rostinho bonito, eles acham que tá ali só pra enfeite, entendeu? Então, eu já senti isso na pele, ao ponto de eu falar que eu vou te autuar por desacato de autoridade” (E1)

os homens acabam [...] tentando diminuir a gente em muitas formas, então assim, claro que ela está nessa função porque ela é bonita, [...] ninguém nunca me perguntou o que eu fiz antes, quais são os meus cursos, [...] eu entrei, parecia que eu era tipo uma estagiária. Um bibelô. Tinha que mostrar minha competência (E5).

Falam muito: ela só está aqui porque é bonita, provavelmente porque está saindo com o chefe, entendeu? (E3).

No tocante ao núcleo de sentido **sexismo em atividades profissionais**, foi aquele mais atuante nas percepções das profissionais vinculadas as áreas de segurança e de inteligência. As ideias atreladas a esse núcleo foram: *representações do feminino e masculino para áreas profissionais; Inteligência atividade técnica*

Numa penitenciária, você entrar e fazer uma intervenção. Ali você vai entrar equipado, pronto para o combate. Então tem essa mentalidade de que a mulher ainda é muito frágil, muito sensível para entrar num ambiente penitenciário, fazer uma invasão, né? (E4)

Eu acho que as características da mulher e da sensibilidade, do acolhimento, da visão macro dos processos, porque a mulher ela tem essa visão do todo. Eu acho que isso tem todo um impacto no desenvolvimento do seu trabalho. Então, eu acho que isso interfere sim. (E2)

A inteligência a gente sabe que é uma área mais técnica. [...].há um recrutamento para a inteligência. Não é qualquer um. Geralmente são pessoas que têm mais rodagem no órgão. A gente tem o pessoal que [...] enxerga a capacidade do outro não pelo sexo, pelo gênero ou pelo físico, mas pela intelectualidade. (E3).

Os Já o núcleo de sentido **julgamento** esteve presente em quase todos os depoimentos das entrevistadas. A ele estiveram associadas as seguintes ideias: *Mulheres julgadas pelo trabalho e pelo sexo; e, medo de errar.*

É uma expectativa que se tem das mulheres: de que não vão querer estar nas atividades operativas. [...] Que você teria que atuar em atividades específicas para mulheres. E quando você quebra essa expectativa, você é julgada duplamente. (E4)

Nas escoltas, no começo eu queria dirigir a viatura, e isso não era permitido. Na verdade, lógico, de forma velada, né, não era explícito, [...] eu queria muito dirigir a viatura, mas eu sabia que eu ia ser olhada por todos, porque já havia aquele julgamento, [...] E aí, uma vez que a gente tivesse lá, qualquer problema que ocorresse, ia ser julgado duas vezes. Então, você pensa, [...] Aí você declinava de dirigir. (E3).

Quanto ao núcleo de sentido **Desrespeito**, foram e ele vinculadas as ideias que se seguem: não te escutam; não te deixam falar; e, afronta a chefia feminina.

Eu acho que é em quase toda operação, [...] a opinião feminina é menos considerada do que a [...] masculina. Eu acho que a gente tem que gritar mais para ser ouvido. (E6).

Eu nunca senti o desrespeito que eu senti dentro da sala de aula aqui no curso [...], ninguém te escuta, dois homens, porque são dois ou três homens que estão alliderando, entre aspas, né? Que se elegeram por si só, não houve uma delegação no grupo, e uma das colegas é que está digitando. (E1)

Quando eu atuei como chefe de plantão, eu tinha muito problema de insubordinação dos homens. Quando eu dava uma ordem, eles não acatavam, batiam de frente e às vezes o meu colega, que era o meu 02, falava coisa da mesma forma e ele era ouvido. (E3).

Percepções masculinas

Em relação aos homens, identificamos em suas respostas os seguintes núcleos de sentidos: (1) **Atividades burocráticas e operacionais**; (2) **preconceito com mulheres**; (3) **não há diferença no trabalho de homens e mulheres**; (4) **emprego de mulheres**; (5) **Não pensou sobre isso**.

Quanto ao primeiro núcleo de sentido **atividades burocráticas e operacionais para mulheres** foram associadas as seguintes ideias: trabalho burocrático mais adequado para mulheres; e, trabalho operacional desafiante para mulheres.

Dentro do trabalho burocrático, pois eu tenho um trabalho operacional, [...] a gente não vê problema [...] na questão operacional, eu diria que a questão está mais um homem do meu tamanho armado do que uma colega baixinha, por mais armada que ela esteja. (E7)

Eu entendo, por exemplo, que uma mulher pode desempenhar uma função muito melhor do que um homem em determinada área operacional. Mas eu sinto e vejo que o homem tem uma respeitabilidade maior no âmbito policial. Então, ainda é muito complicado para as mulheres, sabe? (E9)

O núcleo de sentido **preconceito com mulheres** compareceu, sobretudo, nos depoimentos dos profissionais da segurança pública e foi vinculado as ideias de obstáculo e falta de reconhecimento.

A polícia é preconceituosa. Entendeu? Infelizmente. Então, uma mulher vai ter mais obstáculo aqui dentro do que um homem. (E9)

A minha esposa [...] é policial também e trabalha nessa mesma unidade que eu. Ela tem algumas dificuldades no sentido de sofrer preconceito na questão de não verem as capacidades que ela pode empregar na operação. (E11)

Em relação ao núcleo de sentido **não há diferença no trabalho de homens e mulheres** esteve mais presente nas percepções dos militares das Forças Armadas. A ele foram associadas as seguintes ideias: complementariedade; e, foco na missão.

Eu acho que assim, um homem trabalhando com mulher, eu acho que complementa muito. Tem as partes fortes de cada um. E sabendo trabalhar é muito bom. Eu nunca pensei nisso assim, ah, vou ali porque eu sou homem ou porque é mulher, mas lá, eu não consigo ver esses tipos de diferença não. (E7)

Quem está ali executando a missão, independente do sexo que ele tem, seja homem, seja homem, ele tem que cumprir a missão. Se ela está treinada, se está adestrada e cumpre a missão, a gente não faz muita diferença. (E14)

No que se refere ao núcleo de sentido **emprego de mulheres necessário** foi presente na percepção de profissionais da segurança, inteligência e forças armadas. Estando a ele associadas as seguintes ideias: associações em torno da mulher; diversidade de perspectivas; cérebros com lógicas distintas.

Vamos supor uma confirmação de endereço. Que, às vezes não, tem que levantar nenhum suspeito. Eu prefiro colocar uma mulher. [...] Porque ela vai passar mais batido do que o homem. Porque, por criminoso, a polícia é o homem. (E9)

Numa agência de inteligência é fundamental a diversidade. Quanto mais diverso, mais imparcial, porque você acaba fomentando pontos de vista diferentes e isso contribui [...] para completude da análise de inteligência. Também para redução de vieses cognitivos que, às vezes, só tem homens, homens de uma determinada idade, de uma determinada etnia, você acaba construindo viés cognitivo. Isso é péssimo para inteligência. (E11)

O operador psicológico, ele tem que ter uma visão muito ampla sobre os problemas que acontecem, né? [...] e, logicamente, os cérebros, eles trabalham diferentes, né? Do homem e da mulher são a maneira de trabalhar, de enxergar as coisas, né? Uma visão de um mundo diferente. E a gente tem que ter esses dois tipos de pensamento. (E11)

Quanto ao núcleo de sentido **não pensou sobre isso** foi vinculado a seguintes ideias:
não lembrar e não perceber:

Ter sido beneficiado em algum momento por ser homem, não lembro exatamente assim, mas é muito provável que sim. (E11)

Talvez eu nunca tenha ficado pensando, né? Nunca me vim nessa situação. As dificuldades que eu sempre percebi do trabalho são decorrentes da própria missão. Eu nunca me atentei para esse fato. (E14)

Considerações Finais

Esse trabalho é fruto de uma pesquisa maior intitulada “Relações interagências em debate- uma análise através do Curso de Coordenação e Planejamento Interagências (CCOPI) da Escola Superior de Defesa (ESD)”, cujo objetivo geral foi analisar os principais desafios apresentados ao trabalho interagências pelos participantes do Curso de Coordenação e Planejamento Interagências (CCOPI) do ano de 2023 da Escola Superior de Defesa (ESD) que atuaram em operações dessa natureza. Os resultados ora apresentados são de um primeiro momento da tabulação dos dados os quais serão analisados em um momento posterior.

Referências

ARAUJO NETO, J. C.; BARP, W. J.; CARDOSO, L. F. C. Modelo Brasileiro do Ambiente interagências para Operações na Fronteira. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 4, n. 2, p. 241-262, 2017. Disponível em:
<https://rbed.abedef.org/rbed/article/view/74656>. Acesso em: 26 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. MD33-M-12. **Operações Interagências**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2012. Disponível em:
https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/188/1/MD33_m_12_1_ed_2012.pdf. Acesso em 07 maio. 2024.

BRASIL. Exército Brasileiro. EB20-MC-10.201. **Operações em Ambiente Interagências**. Brasília, DF: Comando de Operações Terrestres, 2013. Disponível em:
<https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/74>. Acesso em: 06 maio. 2024.

BRASIL. **Decreto nº8.903, de 16 de novembro de 2016**. Institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras e organiza a atuação de unidades da administração pública federal para

sua execução. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8903.htm.

Acesso em: 25 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Boletim Interno n.6.** Brasília, DF: Escola Superior de Defesa, 2021a.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Projeto Pedagógico do Curso de Coordenação e Planejamento Interagências. CCOPI.** Brasília, DF: Escola Superior de Guerra, 2021b.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Boletim Interno n.23.** Brasília, DF: Escola Superior de Defesa, 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Boletim Interno n.25.** Brasília, DF: Escola Superior de Defesa, 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Boletim Interno n.21.** Brasília, DF: Escola Superior de Defesa, 2024a.

BRASIL. **Portaria GM-MD N° 2.309, de 1º de maio de 2024b.** Aprova a Diretriz Ministerial que regula o emprego temporário e episódico das Forças Armadas em atividades de apoio logístico às ações de Proteção e Defesa Civil nos municípios da Região Sul em situação de calamidade pública, nos termos da Portaria nº 2.852, de 7 de setembro de 2023, do Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2024/05/PORTARIA-GM-MD-No-2.309-DE-1o-DE-MAIO-DE-2024-PORTARIA-GM-MD-No-2.309-DE-1o-DE-MAIO-DE-2024-DOU-Imprensa-Nacional.pdf>. Acesso em: 30 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando Operacional Conjunto Taquari 2. Reunião Diária de Situação 12MAI. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2024c.

FIGUEIREDO, T.A; MOREIRA, N.X. Coordenação e Planejamento: categorias centrais da relação interagências. Col. Meira Mattos: Revista de Ciências Militares, Rio de Janeiro, v.16, n.56, p.279-293, maio/ago. 2022. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/RMM/article/view/9235>. Acesso em: 11 mai. 2024.

FIGUEIREDO, T.A; MOREIRA, N.X.; CAMINHA, V.M. Interagency operations in analysis: learning from episodes in Caraguatatuba, Goiânia and Rio de Janeiro. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 1-29, 2023. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/revistadaegegn/article/view/4193/4085>. Acesso em: 26 maio 2024.

GARCIA, S. Q. A conformação da política brasileira de defesa para as fronteiras: interação entre governo e agências. 2014. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Centro de

Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/18389>. Acesso em: 26 abr. 2024

LIMA, J.R.P.A; FIGUEIREDO, T.A; SOARES, O.A.B. Mudanças climáticas, desastres naturais, emergências sanitárias e forças armadas: desenvolvendo resiliência por meio das operações interagências. In: **Anais eletrônicos do XII ENABED** [livro eletrônico]: os estudos de defesa e o bicentenário da Independência do Brasil/organização Eduardo Munhoz Svartman...[et al.]. Niterói, RJ: Ed. dos Autores, 2022. HTML. Vários autores. Disponível em: https://www.enabed2022.abedef.org/resources/anais/19/enabed2022/1658797365_ARQUIVO_490a73731b5f837ed20e14c545b62d6d.pdf. Acesso em: 22 maio 2024.

MEURER, R.; LINS, H.N. Grandes eventos esportivos e turismo: destaque para a Copa do Mundo de 2014. Planejamento e Políticas Públicas, n. 47, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/609>. Acesso em: 18 de abr. 2024.

RAZA, S. Cooperação Interagências: Porque e como funciona um estudo de modelos organizacionais nas Relações Internacionais? **Brazilian Journal of International Relations**. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 7-37, 2012. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/1824>. Acesso em: 26 mai. 2024.
USA. Joint Chiefs of Staff. **Joint Publication 3-08. Interagency Coordination during Joint Operations**. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, 1996. Disponível em: <https://apps.dtic.mil/sti/tr/pdf/ADA357471.pdf>. Acesso em: 20 maio 2024.

USA. Joint Chiefs of Staff. **Joint Publication 3-33. Joint Forces Capabilities**. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, 1999. Disponível em: https://www.bits.de/NRANEU/others/jp-doctrine/jp3_33.pdf. Acesso em: 24 maio 2024.

USA. Joint Chiefs of Staff. **Joint Publication 3-08. Interagency, Intergovernmental Organization, and Nongovernmental Organization Coordination During Joint Operations Vol I**. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, 2006. Disponível em: https://www.globalsecurity.org/military/library/policy/dod/joint/jp3_08_2011.pdf.
Acesso em: 20 maio 2024.

VASCONCELOS, A.C.D.A. **O Legado dos Grandes Eventos para a Segurança Pública no Brasil**. 120 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas) - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2018. Disponível em: http://www.mestradoprofissional.gov.br/sites/images/mestrado/turma2/adriana_vasconcelos.pdf. Acesso em: 19 abr. 2024.